

QUADRO RESUMO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 003/2026 PAC Nº: CMB0004/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE TAPETES DE VINIL PERSONALIZADOS

PARTICIPAÇÃO: EXCLUSIVA PARA ME/EPP

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR GRUPO

DATA DE FECHAMENTO DO ORÇAMENTO: 20/03/2026

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 07/04/2026 ÀS 09:00H

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 13/04/2026 ÀS 09:00H

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 13/04/2026 DAS 09:01H ATÉ 15:01H

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília – DF

EDTIAL / CERTAME: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BETIM/MG - CMB**, CNPJ: 20.257.275/0001-12, situada à Av. Gov. Valadares, 241, Betim/MG, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Dispensa Eletrônica, conforme artigo 75, inciso II (compras), nos termos da Lei nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, sendo observadas as condições estabelecidas no presente Aviso e seus anexos, bem como preceitos do Direito Administrativo.

O Aviso estará disponível gratuitamente na página <https://www.camarabetim.mg.gov.br> e no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

Fazem parte integrante deste Aviso os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Dispensa a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de empresa especializada para aquisição de tapetes de vinil personalizados**, conforme condições, especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso, Termo de Referência e seus anexos.

1.2. A Contratação será realizada em único grupo.

2. DA DESPESA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor estimado da contratação é R\$ 20.719,82 (vinte mil e setecentos e dezenove reais e oitenta e dois centavos).

2.2. Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento, correrão por conta do recurso alocado nas seguintes dotações orçamentárias:

2.2.1. 01.01.01.122.0002.2005.3.3.90.30/1500000 – Material de Consumo – Pessoa Jurídica – Operacionalização dos Serviços Administrativos, no exercício de 2026.

3. DO CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS

3.1. Os fornecedores, através de seus representantes legais, deverão estar previamente credenciados junto ao órgão através do endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, anteriores à data da realização da Dispensa.

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do fornecedor ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Dispensa Eletrônica.

3.2. O fornecedor responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da Dispensa por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do fornecedor, realizar o cadastro junto ao portal/provedor do sistema, conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, devendo eventuais dúvidas de utilização e/ou operação, serem sanadas com o suporte do provedor.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Pregão Eletrônico, poderão participar desta licitação **apenas** as empresas interessadas qualificadas, na forma da Lei Complementar nº 123/2006 cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente estabelecidos no país e que atendam a todas as exigências constantes neste edital e seus anexos.

4.2. A simples participação no certame importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Aviso e seus anexos.

4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/06 e do art. 4º da Lei federal nº 14.133/21.

4.4. Não poderão participar da presente Dispensa os interessados:

4.4.1. aquele que não atenda às condições deste Aviso e seus anexos;

4.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a Dispensa versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a Dispensa versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da Dispensa, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na Dispensa ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.4.8. agente público do órgão ou entidade promotora do certame

4.4.9. não poderá participar, direta ou indiretamente, da Dispensa ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.10. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4.10.1. O Prefeito, o Vice-Prefeito, o Vereador, o Secretário Municipal e o Secretário Adjunto não podem contratar com o Município, subsistindo a proibição até três meses após findas as respectivas funções, conforme disposto no art. 39 da Lei Orgânica Municipal.

4.5. As pessoas jurídicas reunidas em consórcios **NÃO PODERÃO** participar da Dispensa.

4.5.1. Justifica-se a não participação a baixa complexidade.

4.6. O impedimento de que trata o item 4.4.4 será também aplicado ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

4.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.4.2 e 4.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da Dispensa ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.9. O disposto nos itens 4.4.2 e 4.4.3 não impede a Dispensa ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.10. A vedação de que trata o item 4.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Após a divulgação do Aviso no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os fornecedores deverão encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.1.1. O fornecedor deverá elaborar a sua proposta com base no Aviso e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta Dispensa.

5.2. O fornecedor deverá enviar sua proposta, mediante o preenchimento no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2.1. valor unitário e total para cada item, grupo ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

5.2.2. marca, modelo (quando houver) e fabricante de cada item ofertado;

5.2.3. descrição detalhada do objeto similares às especificações do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.2.3.1. A descrição do objeto, marca e modelo não podem identificar o fornecedor, sob pena de desclassificação imediata.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Aviso, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens e/ou serviços.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

5.7. O prazo de validade da proposta será conforme o **Termo de Referência**.

6. DAS DECLARAÇÕES

6.1. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, para as seguintes declarações:

6.1.1. se cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

6.1.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.1.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

6.1.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

6.1.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

6.1.6. O fornecedor declara que está ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

6.1.7. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2. Como informações complementares, que serão utilizadas pelo sistema como critérios de desempate conforme o art. 60 da Lei nº 14.133/21, uma vez que este persista, esgotadas as possibilidades de lances de desempate e observado o favorecimento da Lei Complementar nº 123, os fornecedores deverão, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, para as seguintes declarações:

6.2.1. que realiza ações de equidade entre homens e mulheres;

6.2.2. que realiza ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.2.3. que a empresa está estabelecida em território do Estado de Minas Gerais;

6.2.4. que seja empresa brasileira;

6.2.5. que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.2.6. que é capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

6.3. Exauridos os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/21 e, ainda assim, persistindo o empate, realizar-se-á sorteio para definir a empresa declarada vencedora.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE LANCES

7.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Aviso de Dispensa Eletrônica, ocorrerá a abertura da sessão pública para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio eletrônico, por um período de **06 (seis) horas**.

7.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, e os fornecedores.

7.3. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.3.1. Os fornecedores poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura e encerramento da sessão pública e as regras estabelecidas no Aviso.

7.3.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.5. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance ou superior ao maior desconto por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

7.8. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1. O julgamento da proposta será por **MENOR VALOR POR GRUPO**.

8.2. Encerrada a etapa de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação.

8.3. No caso do preço da proposta vencedora estiver acima do estipulado pela CMB, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

8.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela CMB.

8.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

8.3.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da Dispensa Eletrônica.

8.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da **proposta readequada** conforme **modelo de proposta financeira (Anexo II)** e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

8.5. A proposta deverá conter especificação clara e detalhada do objeto licitado oferecido, vedada a propositura de alternativas, ficando os fornecedores limitados às especificações deste Aviso e seus anexos, observando a ordem numérica disposta e indicando obrigatoriamente a marca e, quando houver, o modelo e:

8.5.1. identificação completa da empresa e do processo de Dispensa;

8.5.2. a indicação do banco, número da conta e agência do fornecedor vencedor, para fins de pagamento;

8.5.3. prazo de validade da proposta conforme estabelecido no **Termo de Referência**;

8.5.4. prazo para a entrega / execução dos serviços conforme **Termo de Referência**;

- 8.5.5. PREÇO UNITÁRIO e TOTAL** dos itens/grupos/lotos, com no máximo **duas casas** após a vírgula, compreendendo todas e quaisquer despesas de responsabilidade da proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado;
- 8.5.6.** demais informações constantes do Anexo de Modelo de Proposta Financeira.
- 8.6.** A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, **PREFERENCIALMENTE** assinada eletronicamente através de certificado digital padrão ICP-Brasil.
- 8.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1.** conter vícios insanáveis;
 - 8.7.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus anexos;
 - 8.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CMB;
 - 8.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.8.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 8.8.2.** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.9.** no caso de obras e serviços de engenharia, serão considerados indícios de inexequibilidade as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela CMB.
- 8.9.1.** será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela CMB, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.
- 8.10.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade as propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CMB.
- 8.11.** Se houver dúvidas quanto à exequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º inciso V do art. 59 da Lei Nº 14.133/21, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, só sendo considerada inexequível após diligência do agente de contratação, que comprove:
- 8.11.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.11.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

- 8.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.13.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.15.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.16.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1.** Os documentos de habilitação são os necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do fornecedor de realizar o objeto da Dispensa, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do(s) fornecedor(es) vencedor(es), e os documentos deverão ser apresentados em formato digital.
- 9.3.** Os fornecedores poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) ou CAGEF (Cadastro Geral de Fornecedores de Minas Gerais), desde que dentro do prazo e validade, assegurado aos demais fornecedores o direito de acesso aos dados constantes desses sistemas.
- 9.4.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.4.1.** SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
 - 9.4.2.** CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais;
 - 9.4.3.** CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos;
 - 9.4.4.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)
 - 9.4.5.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
 - 9.4.6.** Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
 - 9.4.7.** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 9.4.4, 9.4.5 e 9.4.6 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 9.5.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.5.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.5.3.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.6.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será imputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.7.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 9.8.** As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por **180 (cento e oitenta)** dias a partir da data de sua emissão.
- 9.9.** Quando necessário documentos complementares à proposta e à habilitação, para confirmação daqueles exigidos no Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da CMB, sob pena de inabilitação.
- 9.10.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.10.1.** Nestes casos, o fornecedor deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da data da solicitação, via sistema.
- 9.11.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.12.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.13.** O fornecedor mais bem classificado na etapa de lances deverá encaminhar, nos termos deste Aviso de Contratação Direta, a seguinte documentação para fins de habilitação.
- 9.13.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA** do fornecedor, que **deverão estar acompanhados de suas alterações ou da consolidação respectiva:**
- 9.13.1.1.** no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.13.1.1.1.** no caso de pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.13.1.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- 9.13.1.3.** No caso de sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em

vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.13.1.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.13.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.13.1.6. Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

9.13.1.7. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

9.13.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA do fornecedor:

9.13.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso;

9.13.2.2. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), atualizado;

9.13.2.3. prova de regularidade, através de Certidão Negativa de Débitos, ou positiva com efeito de negativa, dentro do prazo de validade, para com as Fazendas:

9.13.2.3.1. Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social/INSS);

9.13.2.3.2. Estadual do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da Lei;

9.13.2.3.3. Municipal do domicílio ou sede do licitante.

9.13.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou positiva com efeito de negativa, disponibilizadas em páginas eletrônicas oficiais da Justiça do Trabalho, em obediência ao inc. V, art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.13.2.5.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.13.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, do fornecedor:

9.13.3.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso, emitida nos últimos 6 (seis) meses.

9.13.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do fornecedor:

9.13.4.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o fornecedor fornece ou forneceu bens de natureza compatível com o objeto dos itens/grupos/lotos arrematados, em quantidade que represente no mínimo 40% (quarenta por cento) do previsto nos mesmos.

9.13.4.1.1. Será permitido o somatório de atestados para efeito da comprovação da quantidade exigida, desde que o objeto tenha sido executado de forma concomitante.

9.13.4.1.2. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da Dispensa, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação

9.13.4.1.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado dos órgãos ou empresas que os expediram, ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ dos mesmos ou outra forma que permita a devida identificação do emitente.

9.13.4.1.4. O(s) atestado(s) poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou filial do fornecedor.

9.13.4.1.5. Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) pelo próprio fornecedor.

9.13.4.1.6. O fornecedor deve disponibilizar, quando solicitado pelo Agente de Contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em foram executadas as atividades.

9.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.15. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

9.15.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

9.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

10. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

10.1. Após a adjudicação e homologação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O fornecedor deverá comparecer à CMB, se convocado, para a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, em prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 14.133/21.

10.2.1. A critério da CMB, o Contrato poderá ser assinado eletronicamente através da utilização de certificado digital emitido por autoridade certificadora no padrão ICP-Brasil.

10.2.2. Para autorizar a assinatura, poderá ser solicitada documentação essencial para firmar o vínculo contratual, por exemplo: garantia contratual, licenças e outros, definidos em convocação própria.

10.2.3. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela CMB.

10.2.4. Para autorizar a assinatura, poderá ser solicitada

10.2.5. A equipe técnica da CMB realizará a análise e parecer da documentação apresentada pela licitante vencedora, no prazo de 2 (dois) dias úteis ou outro autorizado nos autos do processo e, a empresa atendendo os requisitos para assinatura, será convocada para assinar contrato.

10.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

10.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

10.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da CMB previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4. Farão parte integrante do contrato e/ou ordem de compra, as instruções contidas neste Edital e seus anexos, os documentos nele referenciados, além da proposta apresentada pela licitante vencedora.

10.5. O valor a ser atribuído ao contrato/ordem de compra será aquele resultante da proposta vencedora.

10.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando houver, sendo facultado à CMB o chamamento por ordem de classificação dos licitantes remanescentes, para atender ao objeto, após o exame da documentação pertinente.

10.7. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.8. A ordem de compra e o pedido de empenho poderá ser cancelado pela CMB:

10.8.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

10.8.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

10.8.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. A possibilidade de subcontratação do objeto, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais pela Contratada, e demais critérios estão estabelecidas no **Termo de Referência**.

12. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA\PRESTAÇÃO DO OBJETO

12.1. Forma e prazo para prestação conforme estabelecido no **Termo de Referência**.

13. DO POSSIBILIDADE DE VISITA TÉCNICA

13.1. Forma e prazo para visita técnica conforme estabelecido no **Termo de Referência**.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

14.1. As obrigações da Contratada e da Contratante são as estabelecidas no **Termo de Referência**.

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

15.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no **Termo de Referência**.

16. DO PAGAMENTO

16.1. A forma de pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento está estabelecida no **Termo de Referência**.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor que, com dolo ou culpa:

17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, durante o certame;

17.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Aviso;

17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Dispensa

17.1.5. fraudar a Dispensa

17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

- 17.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Dispensa
- 17.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/13.
- 17.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos fornecedores e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 17.2.1.** advertência;
- 17.2.2.** multa;
- 17.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 17.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3.** Na aplicação das sanções serão consideradas, entre outras, as seguintes circunstâncias:
- 17.3.1.** a natureza e a gravidade da infração;
- 17.3.2.** os danos que o cometimento da infração ocasionar;
- 17.3.3.** a vantagem auferida em virtude da infração;
- 17.3.4.** as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;
- 17.3.5.** o histórico de ocorrências da infratora;
- 17.3.6.** o custo/benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada;
- 17.3.7.** as peculiaridades do caso concreto;
- 17.3.8.** o grau de culpa ou dolo da infratora;
- 17.3.9.** as medidas adotadas pela infratora para diminuir ou minimizar os efeitos do descumprimento.
- 17.4.** A aplicação da multa deverá considerar os seguintes percentuais, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 17.4.1.** multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto ou por dia de atraso no cumprimento contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculada sobre o preço total da contratação, por ocorrência;
- 17.4.2.** multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 17.4.3.** multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o preço total do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratada ou legal;
- 17.4.4.** multa de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o preço total da contratação, na hipótese de o fornecedor, injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, assim como nos demais casos de descumprimento contratual.
- 17.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 17.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a

imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública municipal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela CMB, descrita no item 10.2, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor CMB.

17.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.13. A aplicação das sanções previstas neste Aviso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no aviso de licitações do Portal de Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

18.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

18.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

18.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

18.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

18.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

18.3. As providências dos subitens 18.2.1 e 18.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

18.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pela CMB na respectiva notificação.

18.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

18.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

18.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a CMB poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

18.10. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

18.11. Interessados poderão adquirir cópia do Aviso de Dispensa Eletrônica somente via *download* do arquivo através do Portal Eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> ou no Portal da CMB no endereço eletrônico <https://www.camarabetim.mg.gov.br>.

18.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes desta Dispensa será o da Comarca de Betim, local da realização do certame, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

BETIM - MG, 31 DE MARÇO DE 2026

DE ACORDO COM O PRESENTE AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA:

Marcelo Geraldo dos Santos Rezende
Procurador-Geral
Câmara Municipal de Betim

Edson Leonardo Monteiro dos Santos
Presidente
Câmara Municipal de Betim

**ANEXO I DO AVISO
TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026**

1. DA DIRETORIA SOLICITANTE

- 1.1 A diretoria solicitante é a Diretoria de Comunicação Institucional, representada por sua diretora Waleska Chaban.

2. DO OBJETO

- 2.1 Contratação de empresa especializada para aquisição de tapetes de vinil personalizados, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 A Câmara Municipal de Betim necessita de reposição dos tapetes destinados aos ambientes internos das suas dependências, com a finalidade de assegurar a adequada apresentação institucional dos espaços de circulação pública.
- 3.2 O atendimento à esta demanda é importante para a manutenção do padrão de conservação e segurança das áreas de circulação, bem como para garantir condições adequadas de uso, acolhimento e recepção de visitantes e servidores nos ambientes da Câmara.
- 3.3 Os tapetes, de uso institucional, serão instalados em locais como o hall do plenário, gabinetes, presidência, galerias e entradas principais, contribuindo para a organização dos espaços, a segurança dos usuários e a preservação dos pisos.
- 3.4 A aquisição contempla a necessidade de utilização de tapetes em vinil, emborrachados, vulcanizados e personalizados, inclusive com aplicação da logomarca da Câmara Municipal de Betim, com vistas à padronização visual dos ambientes, ao fortalecimento da identidade institucional e à melhoria do conforto dos usuários, especialmente em áreas de grande fluxo de pessoas.
- 3.5 Os tapetes atualmente em uso apresentam sinais evidentes de desgaste decorrentes do uso contínuo e intenso, tais como desgaste acentuado das fibras, perda de textura e aderência, desbotamento, deformações nas bordas, desfiamento e redução da capacidade de retenção de sujeira e umidade, o que compromete tanto a apresentação visual dos ambientes quanto a adequada proteção dos pisos.
- 3.6 O setor demandante é a Diretoria de Comunicação Institucional. Contudo, a medida também beneficiará os demais setores da Casa Legislativa. Entre os impactos positivos para o interesse público, destacam-se a manutenção das condições de segurança, a prevenção de acidentes, a preservação da integridade física de servidores, colaboradores e do público atendido, a mitigação de riscos operacionais e a continuidade adequada das atividades institucionais, contribuindo para um ambiente de trabalho mais seguro e eficiente.
- 3.7 No que se refere às normas e regulamentações aplicáveis, os tapetes de vinil emborrachados vulcanizados devem atender às especificações técnicas vigentes relativas à segurança, durabilidade e desempenho, observando padrões de resistência ao desgaste, antiderrapância e adequação ao uso em áreas de circulação intensa, conforme normas técnicas aplicáveis da ABNT e demais regulamentos pertinentes. O atendimento a esses requisitos assegura a conformidade do material com as exigências legais e técnicas, bem como a segurança de servidores, visitantes e usuários dos espaços públicos.

- 3.8 A não adoção dessa medida poderá resultar no descumprimento de normas aplicáveis, com potenciais prejuízos à segurança, à regularidade das atividades institucionais e ao interesse público, além de expor a Administração a riscos operacionais, administrativos e legais.
- 3.9 A ABNT NBR 9050:2020 estabelece especificações relacionadas à instalação e conservação de tapetes e similares, com o objetivo de evitar prejuízos à circulação de pessoas, especialmente aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando garantir condições adequadas de segurança, acessibilidade e conforto em ambientes públicos e institucionais.
- 3.10 Sob a perspectiva da sustentabilidade, a utilização de tapetes de vinil emborrachados vulcanizados contribui para a redução do consumo de materiais e da geração de resíduos, em razão de sua durabilidade e resistência. Além disso, a possibilidade de limpeza eficiente e manutenção prolongada reduz a necessidade de substituições frequentes, promovendo o uso racional de recursos públicos e alinhando a contratação aos princípios da eficiência, economicidade e responsabilidade socioambiental previstos na legislação vigente.
- 3.11 A aquisição dos bens está prevista no plano de contratações anual - **PCA/2026**, Id PCA PNCP: 20257275000112-0-000001/2026, aprovado para o ano de 2026.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1 A contratação de empresa especializada para aquisição de tapetes vulcanizados personalizados tem como finalidade garantir a adequada apresentação da Câmara Municipal e a melhoria da aparência e conservação do ambiente institucional, além de promover maior segurança para usuários e servidores. As especificações técnicas detalhadas encontram-se no Anexo II.
- 4.2 A descrição detalhada dos itens encontra-se no Anexo II. A entrega será feita em única entrega na Diretoria de Comunicação Institucional, na sede da Câmara Municipal de Betim (Praça Tiradentes, 48, Centro), 30 dias após a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento. Considerando que o horário de entrega é das 9h às 18h, em dias de expediente da CMB, a entrega deverá ser previamente agendada por meio do e-mail: dir.comunicacao@camarabetim.mg.gov.br.
- 4.3 O fornecedor será responsável por todas as operações de descarregamento e acondicionamento dos materiais no local designado pela CMB, garantindo que os itens sejam entregues em perfeitas condições e de acordo com as instruções da Diretoria de Comunicação Institucional.
- 4.4 As fotos com modelos do material encontram-se no **ANEXO I** deste TR.
- 4.5 Para atender os critérios de sustentabilidade, a escolha dos materiais utilizados foi feita para proporcionar maior durabilidade e prolongando a vida útil do bem e reduzindo a necessidade de reposição.
- 4.6 Todos os custos referentes ao transporte dos produtos deverão estar inclusos, assim como também as despesas de retirada e nova entrega no caso de rejeição de algum produto.
- 4.7 No ato da entrega, será realizada uma conferência provisória pelo fiscal do contrato para verificar a conformidade dos materiais com as especificações solicitadas, concedendo a entrega provisória. Os itens que estiverem fora das especificações constantes na proposta comercial serão recusados e deverão ser substituídos no prazo máximo de 15 dias úteis, contados a partir do recebimento da formalização da recusa pela CMB, arcando a contratada com todos os custos desta operação.
- 4.8 O recebimento definitivo ocorrerá em 5 dias úteis do ato da entrega, caso a CMB não se manifeste nesse período sobre nenhuma inconsistência ou inconformidade identificada em relação aos itens que foram entregues.
- 4.9 Sob a ótica ambiental, o objeto observará critérios de sustentabilidade, priorizando materiais duráveis e de menor impacto ambiental, bem como o descarte responsável dos tapetes inservíveis, em conformidade com as boas práticas de gestão de resíduos. Tais medidas

contribuem para a redução de resíduos e o fortalecimento das ações institucionais voltadas à responsabilidade socioambiental.

4.10 Essa contratação irá atender a demanda da CMB por 12 meses.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1 Para fornecimento dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, como apresentar os documentos solicitados no Instrumento Convocatório para a devida habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.2 Os fornecedores devem estar devidamente habilitados para realizar os serviços propostos, com as devidas autorizações e registros junto aos órgãos competentes e devem cumprir os prazos estabelecidos para a execução dos serviços, conforme determinado neste TR.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1 A autorização de fornecimento deverá gerar um registro individualizado com todas as informações referentes aos itens solicitados.
- 6.2 A entrega será realizada de forma única e será realizada no endereço estabelecido conforme o presente Termo.
- 6.3 A CONTRATADA fica obrigada a emitir nota fiscal referente ao fornecimento dos bens e outra relativa à prestação do serviço, quando houver.
- 6.4 Os itens entregues fora das especificações constantes na proposta comercial serão recusados e deverão ser substituídos no prazo máximo de 15 dias úteis contados a partir do recebimento pela Contratada da formalização da recusa pelo Contratante, arcando a Contratada com os custos desta operação.
- 6.5 Os itens serão agrupados, sendo a contratação realizada por MENOR PREÇO GLOBAL, conforme constante no tópico “ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS”.
- 6.6 Considerando-se a natureza do objeto, o parcelamento do objeto não se mostra técnica nem economicamente viável para a presente contratação, tendo em vista que se trata da aquisição de tapetes vulcanizados e personalizados, cujas características demandam processo produtivo integrado e padronizado.
- 6.7 A confecção de tapetes vulcanizados envolve etapas interdependentes, tais como a definição do layout, a personalização conforme identidade visual institucional, a moldagem, a vulcanização e o acabamento final, as quais não podem ser fracionadas sem prejuízo à qualidade, à padronização e à durabilidade do produto.
- 6.8 O eventual parcelamento do objeto, com a contratação de diferentes fornecedores ou lotes distintos, poderia resultar em variações de cor, material, espessura, acabamento e resistência, comprometendo a uniformidade estética e funcional necessária aos ambientes da Câmara Municipal de Betim. Além disso, a personalização dos tapetes exige compatibilidade entre materiais, técnicas e equipamentos específicos, o que reforça a necessidade de execução do objeto por um único fornecedor, garantindo responsabilidade técnica integral sobre o produto final.
- 6.9 Do ponto de vista econômico, o parcelamento poderia gerar elevação de custos, uma vez que inviabilizaria a economia de escala inerente à produção conjunta, além de aumentar os custos administrativos relacionados à gestão de múltiplos contratos ou fornecimentos.
- 6.10 Dessa forma, considerando a natureza do objeto, a necessidade de padronização estética e técnica, a garantia da qualidade do produto final e a busca pela economicidade e eficiência administrativa, conclui-se que o não parcelamento da solução atende de forma mais adequada ao interesse público, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 7.1 A estimativa de quantidades foi feita de acordo com a necessidade de reposição e manutenção da adequada apresentação institucional nos ambientes internos e externos da sede do Poder Legislativo.
- 7.2 As quantidades estimadas no PCA foram divididas em dois grupos, sendo um com logomarca e outro sem logomarca. Por não haver um histórico de consumo registrado, as quantidades foram baseadas nos locais em que os tapetes serão dispostos, observando o tempo de desgaste informado pelos fornecedores, sendo uma média de dois anos com tráfego intenso.
- 7.3 O detalhamento do quantitativo será conforme relacionado abaixo:

Tapetes Medidas (metros)	Quantidade	Locais de uso	Observações
0,60 x 0,90	10	Setores	Sem borda, sem logomarca
1,65 x 5,76	2	Hall do plenário	Com borda, sem logomarca
1,50 x 1,00	12	Presidência e setores	Com logomarca
1,70 x 1,80	1	Espaço da Galeria das Ex-vereadoras	Com borda, sem logomarca
2,00 x 1,50	1	Espaço da Galeria das Ex-vereadoras	Com borda, sem logomarca
2,50 x 1,50	2	Entrada principal (Praça Tiradentes)	Com logomarca
1,80 x 1,00	2	Entrada principal (Governador Valadares)	Com logomarca
Total de tapetes			30 peças

- As fotos com modelos do material encontram-se no **ANEXO I** deste TR.
- As especificações detalhadas encontram-se no **ANEXO II** deste TR.

8. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1 O critério de seleção do fornecedor mais indicado é o **Menor Preço Global** e a modalidade de contratação será definida pela Diretoria de Compras e Contratos.

9. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 9.1 O objeto a ser contratado é de natureza comum, apresentando padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Instrumento Convocatório, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do inciso XIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Portaria nº 1.164/2023.

10. NECESSIDADE DE AMOSTRA

- 10.1 Não há necessidade de apresentar amostra.

11. DA NECESSIDADE DE VISITA TÉCNICA

- 11.1 O licitante poderá, se necessário, realizar vistoria nas instalações do local, acompanhado por servidor designado para esse fim, com antecedência mínima de 72 horas da data e horário previstos para a abertura da sessão pública, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo endereço eletrônico dir.comunicacao@camarabetim.mg.gov.br ou por telefone (31) 2010-3440.

12. DO VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

- 12.1 O valor estimado será apurado pelo Departamento de Compras e constará em cláusula específica no respectivo Instrumento Convocatório da contratação.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1 Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta do recurso alocado nas dotações orçamentárias constantes no **Instrumento Convocatório**.

14. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

- 14.1 A validade da proposta deverá ser de no mínimo **60 (sessenta) dias**.

15. DO LOCAL DE ENTREGA

- 15.1 A entrega deverá ser feita na sede da Câmara Municipal de Betim, pela entrada da Praça Tiradentes, 48, Centro, Betim/MG.
- 15.2 Setor: Diretoria de Comunicação Institucional
- 15.3 Agendar a entrega no horário das 9 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, na Diretoria de Comunicação Institucional com o Fiscal do Contrato.

16. DO PRAZO PARA ENTREGA

- 16.1 Até **30 dias** após a emissão da Ordem de Fornecimento.

17. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 17.1 Realizar o fornecimento em única entrega do objeto contratado em conformidade com as especificações constantes na proposta comercial e nas quantidades estabelecidas na Ordem de Fornecimento.
- 17.2 A formalização da contratação se dará por **Nota de Empenho e por Ordem de Fornecimento**.
- 17.3 Os itens ofertados na proposta comercial devem ser novos (sem uso, reformados ou recondicionados).
- 17.4 Garantia de troca do produto que estiver fora da especificação, com defeito de fabricação ou danos no transporte.
- 17.5 Caso os produtos não correspondam ao exigido nas especificações constantes neste Termo de Referência, os mesmos poderão ser rejeitados e a contratada deverá providenciar a sua substituição visando o atendimento das especificações, no prazo máximo de 15 dias úteis a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 17.6 Caso haja alteração por motivos de atualização tecnológica dos modelos ofertados/propostos, a empresa, deverá comunicar as modificações e apresentá-las, inclusive com relação à linha substituta, mantendo a CMB atualizada e informada sobre o assunto dentro dos prazos legais. Os novos modelos deverão ter característica iguais ou superiores às especificações técnicas exigidas.
- 17.7 O recebimento será em caráter provisório, reservando-se a Câmara Municipal de Betim, o direito de, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar quaisquer falhas no objeto entregue, preservando o prazo de garantia. Somente após este período será considerado definitivo o recebimento.

18. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

- 18.1 A CONTRATADA deverá apresentar notas fiscais, que deverão ser devidamente atestadas pela Diretoria de Comunicação Institucional da Câmara Municipal de Betim para aferição da execução do objeto.
- 18.2 As Notas Fiscais ou Faturas deverão ser obrigatoriamente acompanhadas da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 62 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. DO PAGAMENTO

- 19.1 Os pagamentos serão efetuados até 10 (dez) dias após a apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pela Diretoria demandante.
- 19.2 Constatando-se, a situação de irregularidade fiscal da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 19.3 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.4 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do Processo Administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

20. DO REAJUSTAMENTO

- 20.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, que constará no Quadro Resumo do Edital.
- 20.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o intervalo de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 20.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 20.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 20.5 Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 20.6 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 20.7 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 20.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 20.9 O reajuste será realizado por meio de simples apostila.

21. DA REVISÃO

- 21.1. Nas hipóteses de necessidade de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de (I) força maior; (II) caso fortuito; (III) fato do príncipe; (IV) em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução do contrato na forma pactuada, ou (V) fato da administração por circunstâncias alheias à vontade ou atos da contratada, competirá à CONTRATADA apresentar à CMB pedido fundamentado com documentação que comprove os fatos alegados e demonstre o desequilíbrio contratual, em especial:
 - a) planilha comparativa do custo dos itens constantes da proposta contratada com a planilha de custos que acompanha o pedido de reequilíbrio;
 - b) comprovação de ocorrência que justifique as modificações do contrato para mais para menos, superveniente ao originalmente contratado.
- 21.2 Quaisquer dos fatos causadores do desequilíbrio econômico-financeiro, para gerarem a possibilidade de revisão, deverão ser supervenientes à data da apresentação da proposta,

respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato por meio da matriz de risco.

22. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

22.1 Não haverá contrato para este objeto e sim a emissão de Ordem de Fornecimento.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 23.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Instrumento Convocatório e seus anexos.
- 23.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Instrumento Convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 23.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 23.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 23.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Instrumento Convocatório e seus anexos.
- 23.6 A CMB não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 24.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, quantitativos, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 24.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 24.3 Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;
- 24.4 É dever da Contratada manter durante o prazo de execução da Ordem de Fornecimento, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com a CMB, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.
- 24.5 Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pela Diretoria de Comunicação Institucional, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
- 24.6 Substituir os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível, avariadas ou em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento.
- 24.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes execução do objeto, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.
- 24.8 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos,

obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

- 24.9 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

25. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 25.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução contratual, considerando o baixo valor global da contratação.

26. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 26.1 Os prazos de garantia mínimas dos itens estão na tabela de especificações e quantitativos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 26.2 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da formalização da recusa pela CMB.
- 26.3 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 26.4 Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar bem equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante.
- 26.5 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 26.6 O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 26.7 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

27. O ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

- 27.1 A gestão do Contrato será realizada pelo responsável pela Diretoria de Comunicação Institucional.
- 27.2 A fiscalização do Contrato será realizada pelo coordenador do Departamento de Imprensa e Relações Públicas.

28. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 28.1 A prestação do objeto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pela CMB, por intermédio da Diretoria solicitante, que acompanhará a entrega do produto de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa contratada a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.
- 28.2 As funções de fiscalização e gestão do contrato deverão seguir o estabelecido na Portaria nº 084/2024, da CMB.
- 28.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições

técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CMB ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

29. DA SUBCONTRATAÇÃO

29.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

30. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1 As sanções administrativas estarão previstas no Instrumento Convocatório.

31. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 31.1 A escolha do material foi feita com o intuito de gerar menos substituição e, assim, menor impacto ambiental;
- 31.1 Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 31.2 A adoção de entrega única evita deslocamentos adicionais que iriam gerar maior consumo de combustível e poluição ambiental.
- 31.3 Deverá ser implementada a destinação correta dos materiais, com descarte conforme a legislação ambiental vigente.

32. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 32.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CMB à continuidade do contrato.

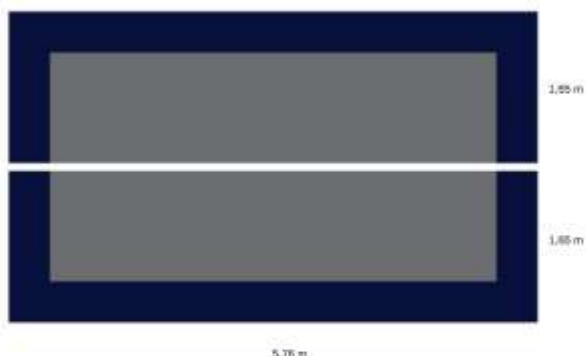
33. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 33.1. As especificações constantes na tabela de Especificações e Quantitativos, quando for o caso, são as mínimas exigidas, ficando a critério do fornecedor oferecer produtos que possuam características superiores aos informados, vedada a alteração das quantidades.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - MODELOS



Tapetes com borda de 0,45 m e sem logomarca
 Medida: 1,65 x 5,76 m cada
 Quantidade: 2 (sendo um conjunto medindo no total: 3,30 x 5,76 m)



Tapete sem borda e sem logomarca
 Medida: 0,60 x 0,90 m
 Quantidade: 10



Tapetes com borda de 0,45 m e sem logomarca
 Medida: 2,00 x 1,50 m
 Quantidade: 1



Tapetes com borda de 0,45 m e sem logomarca
 Medida: 1,70 x 1,80 m
 Quantidade: 1



Tapetes sem borda com aplicação da logomarca
 Medida: 2,50 x 1,50 m
 Medida da personalização = 1,64m x 0,99m
 Quantidade: 2



Tapetes sem borda com aplicação da logomarca
 Medida: 1,50 x 1,00 m
 Medida da personalização = 1,02 m x 0,62 m
 Quantidade: 12



Tapetes sem borda com aplicação da logomarca
 Medida: 1,80 x 1,00 m
 Medida da personalização = 1,20 m x 0,72 m
 Quantidade: 02



ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES

Item	Descrição	Especificações	Quantidade
1	Tapete 0,60m x 0,90m	Material: Vinil emborrachado vulcanizado, mínimo 10 mm de espessura, 100% PVC de primeira linha, ideal para locais de grande fluxo, fusão térmica, tramas entrelaçadas de vinil lavável. Tamanho: 0,60 m x 0,90 m Sem borda, sem logomarca da Câmara Municipal de Betim	10
2	Tapete 1,65 x 5,76 m	Material: Vinil emborrachado vulcanizado, mínimo 10 mm de espessura, 100% PVC de primeira linha, ideal para locais de grande fluxo, fusão térmica, tramas entrelaçadas de vinil lavável. Tamanho: 1,65 x 5,76 m Com borda de 0,45 m, fabricada com o mesmo material, sem logomarca, com recorte das cores definidas e união das peças por fusão térmica.	2
3	Tapete 1,50 x 1,00	Material: Vinil emborrachado vulcanizado, mínimo 10 mm de espessura, 100% PVC de primeira linha, ideal para locais de grande fluxo, fusão térmica, tramas entrelaçadas de vinil lavável. Tamanho: 1,50 x 1,00 m Aplicação da logomarca da Câmara Municipal de Betim, medida de personalização da logomarca: 1,02 x 0,62 m, com o mesmo material, no próprio vinil, com recorte das cores definidas e união das peças por fusão térmica.	12
4	Tapete 1,70 x 1,80	Material: Vinil emborrachado vulcanizado, mínimo 10 mm de espessura, 100% PVC de primeira linha, ideal para locais de grande fluxo, fusão térmica, tramas entrelaçadas de vinil lavável. Tamanho: 1,70 x 1,80 m Com borda de 0,25 m, fabricada com o mesmo material, sem logomarca, com recorte das cores definidas e união das peças por fusão térmica	1
5	Tapete 2,00 x 1,50	Material: Vinil emborrachado vulcanizado, mínimo 10 mm de espessura, 100% PVC de primeira linha, ideal para locais de grande fluxo, fusão térmica, tramas entrelaçadas de vinil lavável. Tamanho: 2,00 x 1,50 Com borda de 0,25 m, fabricada com o mesmo material, sem logomarca, com recorte das cores definidas e união das peças por fusão térmica	1

6	Tapete 2,50 x 1,50	Material: Vinil emborrachado vulcanizado, mínimo 10 mm de espessura, 100% PVC de primeira linha, ideal para locais de grande fluxo, fusão térmica, tramas entrelaçadas de vinil lavável. Tamanho: 2,50 x 1,50 m Aplicação da logomarca da Câmara Municipal de Betim, medida de personalização da logomarca: 1,64 x 0,99 m, com o mesmo material, no próprio vinil, com recorte das cores definidas e união das peças por fusão térmica.	2
7	Tapete 1,80 x 1,00	Material: Vinil emborrachado vulcanizado, mínimo 10 mm de espessura, 100% PVC de primeira linha, ideal para locais de grande fluxo, fusão térmica, tramas entrelaçadas de vinil lavável. Tamanho: 1,80 x 1,00 Aplicação da logomarca da Câmara Municipal de Betim, medida de personalização da logomarca: 1,20 x 0,72 m, com o mesmo material, no próprio vinil, com recorte das cores definidas e união das peças por fusão térmica.	2
Total de tapetes			30 peças

**ANEXO II DO AVISO
CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA READEQUADA)**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026
PAC Nº CMB0004/2026**

A empresa _____, com sede na _____, Nº _____ Bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, inscrita no CNPJ Nº _____, neste ato representada pelo seu _____, senhor _____, portador do CPF Nº _____, e-mail institucional: _____, telefones: _____, conta bancária no banco: _____, agência: _____, conta nº: _____ propõe à Câmara Municipal de Betim, referente a Contratação de empresa especializada para aquisição de tapetes de vinil personalizados, objeto do Aviso de Contratação Direta em epígrafe, de acordo com o Termo de referência, bem como os demais anexos fornecidos, a seguinte proposta:

a) Validade da proposta: **conforme Termo de Referência**, a contar da data de entrega desta carta de proposta.

b) Prazo para a entrega / execução dos serviços: **conforme Termo de Referência**.

c) Caso sejamos a empresa vencedora, indicamos o (a) senhor (a) _____, na função de _____, portador (a) do CPF N. _____ e RG N. _____, como preposto de nossa empresa, autorizado mediante **contrato social / procuração / estatuto ou outro documento legal**, a firmar contrato.

d) Preço Proposto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE.	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

VALOR TOTAL	R\$ 0,00
Valor por extenso	

— Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Aviso de **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026**, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo discrepância entre quaisquer informações ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma, influir nos custos, assim

como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, bem como pelos erros ou omissões, contidas tanto no formulário proposta, como em seus anexos.

- Ainda, assumimos a responsabilidade integral pela fiel compatibilidade entre os detalhes especificados no Aviso e o material a ser fornecido e dos demais prazos e condições nele estabelecidos.
- Declaramos, finalmente, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa contratação no presente processo licitatório, e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Atenciosamente,

Local: _____, data: _____ / _____ / 2026.

Assinatura do representante Legal

*Preferencialmente, assinar eletronicamente
através de certificado digital ICP-Brasil*